

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa
Despacho	NP: 8ekee97g SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 14/07/2015 Requerimento nº 361/2015 Protocolo nº 3365/2015
Autor: Dep. Janaina Riva	

Com fulcro no Art. 183, alínea VIII, do Regimento Interno, combinado com o Art. 28 da Constituição do Estado de Mato Grosso, requeiro à Mesa, ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, requerimento de informações, na forma:

- 1) Quantos servidores efetivos do INDEA, estão atuando nos serviços de inspeção dos produtos de origem animal?
- 2) Em quais municípios estão designados? Identificar a formação profissional de cada um.
- 3) Quantos profissionais atuam de forma terceirizada através de Cooperativa?
- 4) Qual o valor do contrato, duração e local de atuação desses profissionais? Encaminhar cópias de todo processo licitatório e dos contratos.
- 5) Quais os produtos de origem animal serão inspecionados e em que locais serão realizados os trabalhos?

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 08 de Julho de 2015

Janaina Riva
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Todo produto de origem animal que é produzido no Brasil deve ser fiscalizado por profissionais dos serviços de inspeção oficiais, seja no âmbito federal, estadual e municipal. Esse processo de fiscalização é necessário para que as famílias brasileiras tenham a segurança alimentar efetivada.

Hoje o Brasil passa por um processo de desmanche da fiscalização/inspeção oficial, com profissionais eficientes, servidores públicos concursados e, portanto, capazes de enfrentamento às pressões das empresas que manufaturam os produtos de origem animal.

Essa ação dos governos, visa somente fragilizar um serviço essencial para a população, colocando em risco a saúde da família brasileira, com um processo de privatização de uma atividade pública que verifica nas empresas, o controle da higiene, o uso dos equipamentos obrigatórios pelos trabalhadores, o bom funcionamento das máquinas e câmaras frigoríficas, o adequado meio de transportes dos alimentos, tudo isso para garantir a segurança alimentar da sociedade.

O modelo que propõe a atual administração estadual, quer que os profissionais não sejam mais concursados, mas que esse importante trabalho de fiscalização seja pago pela própria empresa, fato que nos leva a lembrar do ditado popular: colocar o lobo para cuidar do galinheiro.

Esse modelo de inspeção já ocasionou, em países como a Inglaterra e Austrália, um autêntico desastre sanitário e econômico, levando ao sacrifício de milhões de animais e fechamento de mercados, inclusive com registro de óbitos humanos e prejuízos incalculáveis e irreparáveis.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 08 de Julho de 2015

Janaina Riva
Deputada Estadual